

Escravos da missão - notas sobre o trabalho forçado nas missões dos capuchinhos no Kongo (finais do Séc. XVII)

Carlos Almeida¹

Escravos da missão - notas sobre o trabalho forçado nas missões dos capuchinhos no Kongo (finais do Séc. XVII)

Resumo: A utilização do trabalho escravo pela missão dos capuchinhos na África Central, entre os sécs. XVII e XVIII, é um tema pouco tratado pela historiografia. A partir do estudo da relação do padre Marcelino d'Atri, que percorreu o Kongo no final do séc. XVII, e recorrendo a alguma informação dispersa em outras descrições, esboça-se uma análise que tenha em conta a evolução do modelo de fixação da missão, confrontando algumas ideias comuns sobre o assunto.

Palavras-chave: Angola, Kongo, Missão, Capuchinhos, Escravidão.

Slaves of the mission - notes on forced labour in capuchin mission in Kongo (at the end of XVII century)

Abstract: The use of slave labor by the capuchin mission in Central Africa, between the seventeenth and eighteenth centuries, is an understudied topic by the historiography. From the study of Father Marcelino d'Atri's list who travelled through the Kongo in the late seventeenth century, and using some information scattered in other descriptions, this paper outlines an analysis that takes into account the evolution of the mission settlement model, confronting some common ideas on the subject.

Keywords: Angola, Kongo, Mission, Capuchins, Slavery.

Esclavos de la mission - notas sobre el trabajo forzado en las misiones capuchinas en Kongo (finales del siglo XVII)

Resumen: El uso de mano de obra esclava por la misión capuchina en África Central, entre los siglos XVII y XVIII, es un tema poco tratado por la historiografía. A partir del estudio de la relación del Padre Marcelino d'Atri, que viajó al Congo a finales de siglo XVII, recurrir a alguna información dispersa en otras descripciones y esbozar un análisis de la evolución del modelo de valoración de la misión. También comparamos algunas opiniones comúnmente diseminadas sobre el tema.

Palabras clave: Angola, Kongo, Misión, capuchinos, la esclavitud.

Introdução

Chamava-se Lourenço, mas era por muitos conhecido como Golias. Homem alto e corpulento, a todos impressionava pela sua enorme força física. Esse fato tornara-o especialmente dotado para o ofício de carregador de rede, tão importante e valioso em tempos conturbados como os que então se

¹ Investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa.

viviam no Kongo². Lourenço era escravo da missão dos capuchinhos. Vivia numa libata, nas cercanias do hospício de Kibangu, com a mulher e uma filha. A circunstância de ser casado permitia-lhe viver com a sua família. Os padres encorajavam o casamento dos escravos – como forma de controlar as suas relações – mas nem por isso a sua rigorosa castidade podia autorizar a vizinhança e o convívio próximo com o comércio carnal entre homens e mulheres, mesmo que sob a benção do matrimónio católico.

No dia 2 de Dezembro do ano de 1701, Lourenço foi autorizado a ausentar-se, por quatro a seis dias, para visitar uns parentes que viviam em uma libata que distava uma jornada dali. A direcção daquela estação missionária estava entregue, na ocasião, ao padre Marcellino d'Atri, homem experimentado nos assuntos da missão. Então com quarenta anos, Liberatore Canzani, assim se chamava no século, chegara a Luanda em Outubro de 1690 e, desde então, cruzara o território do Kongo em todas as direcções³.

Algo se terá passado, entretanto, naquela visita. Só um mês depois Lourenço retornaria ao hospício. Por aqueles tempos, o ambiente entre os escravos da missão era tenso. Chegado a Kibangu, havia poucos dias, depois de uma jornada pelas aldeias em redor, Marcellino d' Atri tivera que debelar um movimento de revolta e abandono da parte de alguns dos servos do hospício. Ainda assim, vários escravos tinham logrado escapar, ou abandonado a missão sem autorização, e havia que pôr cobro a essa situação. Ao mesmo tempo, pendia sobre Lourenço a suspeita de ter participado, junto com outros, na pilhagem dos bens de uma aldeia vizinha. Nestas circunstâncias, o missionário decidiu impor-lhe um castigo exemplar. O escravo foi amarrado ao tronco e submetido à violência do chicote. Ao vê-lo, dia após dia, agrilhado no pátio do hospício, os outros escravos murmuravam. O Golias era bem conhecido de todos e o castigo que lhe era infligido não deixava indiferente ninguém que frequentasse a missão. Foi Ventura, um língua, que se dispôs a interceder por Lourenço. A sua posição permitia-lhe um acesso mais fácil ao padre a quem já acompanhara em muitas missões, na função de intérprete. Contudo, Marcellino d'Atri mostra-se inflexível, e Lourenço ficara ainda, muitos dias mais,

² Desde a batalha de Mbwila, em 1665, e a conseqüente desagregação da autoridade central do Kongo, a região mergulhara num período longo de instabilidade. Como centro político, a cidade de Mbanza Kongo fora abandonada e vários senhores disputavam autoridade e legitimidade. As guerras e razias eram frequentes. Sobre o contexto político e social na segunda metade do séc. XVII sugere-se Thornton, 1983. O transporte de pessoas e mercadorias, nesta região centro-africana, era assegurado pela força humana, em geral escravos ou dependentes. No caso particular das pessoas, o meio de transporte usado era uma forma de tipóia, feita de redes em algodão, e suportada por dois carregadores. Veja-se a este propósito, Pigafetta & Duarte Lopes, 1591, p. 30, e Cavazzi da Montecúccolo, 1687, p. 150/151.

³ Então com vinte e nove anos, o padre Marcellino d'Atri foi nomeado como missionário para o Kongo em 1688 e por lá permaneceu até 1703, data em que abandona a missão para procurar, na Europa, a cura para as enfermidades que contrairá em terras africanas. Morrerá em Fevereiro de 1717, bastante debilitado e sem concretizar o desejo de retornar à missão. Sobre o percurso deste religioso, veja-se a respectiva nota biográfica em Toso, 1984, p. xi-xvii.

preso ao tronco.

Entretanto, dois outros escravos da missão, Inácio e Lucas, assim se chamavam, são apanhados, dentro do hospício – termo por que eram conhecidas as fundações capuchinhas em missão – a roubar *nzimbus*, pequenas conchas usadas nestes lugares como moeda. Na presença ameaçadora do padre, ambos recordam, secretamente, o suplício por que passava Lourenço. Em particular, Inácio tem ainda bem vincada, na memória, a impressão causada pelo silvo do chicote contra as costas do escravo. O medo leva-o, por isso, a vender um segredo que, à boca pequena, circulava entre os escravos da missão. Surpreso, o padre Marcellino d'Atri suspende o castigo e dispõe-se a ouvir o que Inácio tem para contar. Afinal, a coberto da noite e com a cumplicidade dos escravos que o guardavam, Lourenço soltava-se do tronco, atravessava a vedação do hospício e refugiava-se, na libata, no conforto quente dos braços da mulher e da companhia da filha. Chamadas, de imediato, à presença do religioso, as mulheres, amedrontadas, confessam que Lourenço as visitara, algumas vezes, durante a noite, mas que, logo depois, regressara ao tronco, onde todos o encontravam, sempre, em cada manhã. Furioso, Marcellino d'Atri ordena que Lourenço seja, de novo, submetido ao chicote e, agora, com redobrada violência.

Só vinte e nove dias depois do primeiro castigo, Lourenço será, enfim, aliviado do suplício do tronco. As marcas da sua rebeldia, contudo, não iriam mais desaparecer. Mais tarde, é denunciado como o organizador, em conluio com o língua Ventura, de um motim contra Juan de la Rosa, um secular a quem os religiosos tinham entregue o governo dos escravos da missão. Aos olhos de Marcellino d'Atri, a continuada presença de Lourenço entre os outros escravos constituía um fator de perturbação insustentável. No dia 23 de Abril de 1702, quando inicia a viagem até Nsoyo, onde deveria assumir a direção daquele importante hospício, Marcellino d'Atri leva consigo Lourenço e a sua família para serem julgados em Luanda e condenados pela rebeldia. A ameaça de ser enviado para as Américas era uma possibilidade bem real. Numa das jornadas, entretanto, Lourenço logra escapar com a sua mulher e filha. Os caminhos de Marcellino d'Atri e de Lourenço não mais voltarão a cruzar-se. As últimas notícias do escravo dão conta de que ele teria ultrapassado o rio Lifune e que se encaminhava para Nkusu, quem sabe, talvez, em direcção à aldeia onde viviam os familiares que visitara meses antes.

As missões dos capuchinhos e o trabalho escravo

A pequena história de Lourenço é relatada por Marcellino d'Atri na longa relação que escreveu sobre o seu período de actividade no Kongo, entre 1691 e Julho de 1703, data em que inicia a viagem de

retorno à Europa⁴. Na sua simplicidade, ela revela uma realidade mal conhecida da generalidade da historiografia sobre o Kongo e, em particular, sobre a missão dos frades menores capuchinhos, enviada para aquela região, em 1645, por ordem da Sagrada Congregação da Propaganda Fide⁵. Uma história como a do escravo Lourenço talvez não constituísse surpresa se fosse atribuída à missão dos Jesuítas. É sabido que os inacianos construíram, a partir da colônia de Luanda, uma importante infra-estrutura econômica, agrícola e comercial, suportada, sobretudo, por mão de obra escrava. Em 1655, por exemplo, o padre Manuel de Matos, então reitor do colégio de Luanda, estimava que aquela fábrica seria superior até à de Évora. Nessa informação enumerava seis propriedades agrícolas, usualmente designadas arimos, distribuídas ao longo dos rios Kuanza e Bengo, envolvendo para cima de 400 escravos, alguns com ofícios tão especializados como pedreiros e carpinteiros, alfaiates, sapateiros, oleiros ou tanoeiros, e com uma larga e diversificada produção agrícola e pecuária⁶. Em 1690, alguns dias depois da sua chegada a Luanda, o próprio Marcellino d'Atri visitou uma importante exploração agrícola dos jesuítas nas imediações do rio Dande onde, para além de grandes campos de cultivo amanhados por um apreciável número de escravos, se contavam mais de mil cabeças de gado (Toso, 1984, p. 13-14)⁷. Cerca de um século depois do relato do padre Manuel de Matos, o inventário dos bens da Companhia em Luanda, elaborado aquando do processo de extinção da ordem em Portugal, listaria mil e oitenta escravos, distribuídos por vinte arimos – entre os quais podem identificar-se pelo menos 4 dos referenciados por Manuel de Matos – e por um número não determinado de *sanzalas* situadas em

⁴ A relação manuscrita escrita pelo padre Marcellino d'Atri - "Giornate Apostoliche fatte da me fra Marcellino d'Atri Cappuccino nelle Missioni de Regni d'Angola e Congo nella Etiopia Inferiore parte Occidentale dell'Africa 1690" - hoje depositada no Arquivo Histórico dos Capuchinhos de L'Aquila, foi objecto de uma edição crítica da responsabilidade de Carlo Toso, publicada em 1984. Sem ser uma edição integral de todo o manuscrito, ela reproduz o grosso do texto do missionário. Em obediência a critérios de natureza editorial as referências do texto de Marcellino d'Atri serão dada, apenas com a paginação da obra de Carlo Toso. A história do escravo Lourenço encontra-se em Toso, 1984, p. 292-296, 299/300, e 306.

⁵ Para o estudo da presença capuchinha na África central é fundamental a consulta do trabalho de Graziano Saccardo, 1982. Sobre a questão particular da relação da missão com o trabalho escravo, deve ver-se o estudo de Saccardo incluído naquela obra - Saccardo, 1982, Vol. III, p. 263-305 - assim como o de Carlo Toso, incluído na edição da relação de Marcellino d'Atri, Toso, 984, p. xxxi-lii.

⁶ "Carta do Padre Manuel de Matos ao Padre Diogo de Alfaia (15.2.1655)", in António Brásio (ed.), Monumenta Missionária Africana, I Série, Vol. XI, 1971, Doc. n.º 147, p. 468-472.

⁷ Sobre a infra-estrutura económica da Companhia de Jesus em Angola, sugere-se a consulta de Caldeira, 2007; para uma visão mais geral sobre a empresa inaciana é fundamental o estudo de Alden, 1996.

redor de Luanda⁸.

Já em relação aos capuchinhos, a realidade é bem diversa. O modelo de fixação desta reforma franciscana no espaço africano apresenta contornos bem diversos em relação ao da Companhia de Jesus. Desde logo quanto ao número de missionários. Entre 1645 e 1835, ano em que se encerra a *Missio Antiqua* – assim se designa a missão que integrava, além do Kongo, o espaço cultural mbundu, para sul, e a colónia de Luanda – passaram por esta região cerca de quatro centenas e meia de religiosos. Em 1690, por exemplo, Marcellino d'Atri chega a Luanda integrado numa missão de 13 religiosos que vão juntar-se aos 20 que já lá se encontravam. Em particular, durante as primeiras décadas daquele período, o número médio de missionários presentes rondou os vinte e, em certos momentos, abeirou-se dos trinta, fato sem paralelo com qualquer outra fundação religiosa (Saccardo, Vol. III, p. 19-119). Obrigados a um rigoroso voto de pobreza, a sua atividade sempre foi marcada por um certo espírito de errância, bem diverso da natureza sedentária que a missão jesuíta muito cedo assumira. As suas fundações espalhavam-se pelos principais centros políticos em toda a região, constituindo uma rede flexível que, com excepção, porventura, dos hospícios de Luanda e do Nsoyo, sempre foi sofrendo alterações, motivadas, entre outros fatores, pela própria evolução das diferentes formações políticas da região. Cerca de 1693, três anos depois da chegada de Marcellino d'Atri, além do Nsoyo, no espaço do que antes fora a unidade política Kongo, a missão estava limitada a algumas estações na área mbundu, Catumbo, Bengo, Kahenda, Massangano e Luanda, todas, então, nos limites da influência da colónia portuguesa. Poucos anos após o regresso daquele missionário, em boa parte graças à sua ação mas também fruto da evolução política verificada no Kongo, aquela lista alargara-se com a reabertura da fundação de Mbanza Kongo e a instalação, nas suas imediações, de uma estação em Nsucu (Saccardo, Vol. II, p. 169 e 245)⁹. No plano económico, esta rede dispersa de hospícios era sustentada, sobretudo, através das esmolas, ofertas e presentes provindos, tanto de europeus, em particular portugueses estabelecidos na região, como dos vários poderes africanos. Pode aliás dizer-se que só esse carácter quase precário podia permitir uma tão rápida inserção dos capuchinhos na vida política e social local, assim como a flexibilidade necessária para se ajustarem às flutuações e mudanças profundas que ocorreram ao longo de todo aquele período.

Considera-se, de uma maneira geral, que os capuchinhos possuíam apenas um número limitado de escravos e que eles se destinavam, sobretudo, à atividade agrícola de pequena escala e ao transporte de pessoas e alguns bens durante as longas jornadas pelo interior africano. No mais, os escravos teriam a sua própria vida, casavam, constituíam famílias autônomas e cultivavam porções de terra, das quais

⁸ "Relaçãõ dos rendimentos certos e incertos que no Collegio desta Cidade de Loanda do Reyno de Angolla tinhaõ os Padres da Companhia de Iezus", in Felner, 1933, p. 467. Termo de origem kimbundu que designa, em geral, povoação, sanzala identifica nas fontes europeias, as aldeias de escravos dos moradores de Luanda, incluindo do Colégio dos Jesuítas; veja-se sobre este ponto, por exemplo, "Parecer do Padre Magalhães sobre a Carta do Governador (6.02.1692)", in MMA, I Série, Vol. XIV, p. 238

⁹ Sobre a situação do Kongo na viragem do século, veja-se Thornton, 1998.

entregavam uma pequena parte à missão. Alguns autores chegam, aliás, a considerá-los, como “tecnicamente livres” (Thornton, 1998, p. 66). Em certo sentido, o seu papel social em pouco se distinguiria daquele reservado a certas classes de dependentes muitas vezes designados, talvez de forma imprecisa, como escravos (Thornton, 1992, p. 87-88). Outros autores, com uma perspectiva dir-se-ia mais comprometida com o alcance da ação capuchinha, depois de salientarem a originalidade da figura dos “escravos da igreja”, vão ao ponto de afirmar que os capuchinhos terão sido os únicos, para além da Igreja de Roma, a combater “a praga do escravismo” (Toso, 1984, p. lii). Ora, a história do escravo Lourenço e o sistema complexo de relações de força, cumplicidade e dependência que ela permite entrever sugere que a realidade pode ter sido um pouco mais complexa.

As características do modelo de fixação capuchinha produziram um padrão particular de documentação através da qual é possível, hoje, reconstruir a história tanto da missão propriamente dita, como do seu impacto na realidade cultural e social. Na verdade, se os missionários capuchinhos foram capazes de produzir um número muito substancial de relatos e descrições, de enorme valor e riqueza, sobre os diferentes contextos onde desenvolveram a sua atividade, já por outra parte, a especificidade do seu modelo de fixação não gerou registos documentais que permitissem um conhecimento mais profundo e apurado da estrutura econômica da missão. Este fato é particularmente significativo quando se trata de ajuizar o lugar e dimensão particular que nela assumiu o recurso ao trabalho escravo. Na ausência de uma documentação, dir-se-ia, hoje, de natureza mais administrativa, resultante do processo de gestão da empresa missionária em terras africanas, as relações escritas por muitos dos missionários que ali desenvolveram actividade, assim como a sua correspondência, ainda que construídas segundo regras e códigos de comunicação estritos, apresentam a vantagem de reflectir, muitas vezes de forma muito viva, os problemas concretos com que os religiosos se confrontavam no decurso da sua atividade. Quase sempre dispersas, muitas vezes esparsas, mas crescentemente frequentes ao longo de cerca de dois séculos da vida da missão, as referências à utilização do trabalho escravo sugerem uma realidade complexa, plástica e mutável, dificilmente coadunável com julgamentos intemporais e definitivos¹⁰.

O problema impôs-se, desde os primeiros momentos, após a chegada do primeiro contingente de religiosos, em maio de 1645. O padre Juan de Santiago, um dos que integrou a primeira missão, relata que, em razão dos ataques que de contínuo o acometiam, apenas conseguiu fazer a viagem até Mbanza Kongo com a ajuda de seis escravos que lhe foram disponibilizados pelo Mani Nsoyo e que o carregaram numa rede ao longo de todo o percurso (Santiago, f. 154). Logo, desde os primeiros encontros com os soberanos africanos, os missionários são confrontados com a oferta de servos para o serviço da missão. O mesmo Juan de Santiago dá conta que os padres, no Nsoyo, tinham junto de si um jovem, um “esclavillo”, embora não especifique as funções que lhe estavam atribuídas (Santiago, f. 198). No discurso que constroi sobre a sua atividade, entretanto, a oferta de escravos por parte da

¹⁰ Numa perspectiva comparativa, embora que para um período um pouco mais tardio, veja-se o estudo de Eugénia Rodrigues sobre os escravos da missão dos dominicanos em Moçambique, em Rodrigues, 2013.

aristocracia kongo oferece o ensejo para sublinhar a natureza apostólica da condição missionária e o rigoroso voto de pobreza, abdicação e despojamento a que estavam obrigados todos os que a ela se entregavam¹¹. Mas logo em 1653, o padre Girolamo da Montesarchio, cinco anos após a sua chegada ao Nsoyo, considerava que o alargamento da área de influência da missão requeria a utilização de escravos ao seu serviço - “*gente che sij suddita e nō aliena*” - e solicitava aos cardeais da Propaganda Fide autorização para a sua aquisição junto de gente devota, presume-se que contratadores europeus¹². Ignora-se qual tenha sido a resposta da Congregação, mas Serafino da Cortona, outro missionário, pouco tempo depois, identifica já pelo nome um escravo da missão, Girolamo, com funções de mensageiro¹³. De início dispersas, as referências à acção de escravos ao serviço dos missionários capuchinhos, e até ao seu peso na economia da missão, torna-se cada vez mais frequente à medida que se caminha para o final do século XVII. É sintomático que os três textos que sistematizam as orientações metodológicas para a acção missionária naqueles lugares, escritos por três missionários que ali desenvolveram atividade entre o último quartel de seiscentos e a primeira metade de setecentos, reservem uma atenção particular às recomendações sobre a atitude a tomar em relação aos escravos da missão¹⁴. E que Bernardino Ignazio d’Asti, o autor do último desses textos, datável de meados do séc. XVIII, considere ser o governo dos escravos da missão “*la croce delle croci*”, tal sublinha não apenas a dimensão que o assunto adquirira, mas igualmente as dificuldades que a missão experimentava com a sua gestão¹⁵.

Do conjunto volumoso da produção textual capuchinha, há um texto que se destaca pela abundância de informações sobre a dimensão e complexidade do contingente de escravos ao serviço da missão dos capuchinhos. Trata-se da longa relação, já citada, escrita pelo padre Marcellino d’Atri, religioso da província de Abruzzo, e onde a história do escravo Lourenço é contada. Pese embora o desejo expresso pelo autor, não parece que alguma vez os seus superiores tenham previsto a sua

¹¹ “Carta do Padre Serafino da Cortona para o Provincial da Toscana (15.5.1652)”, in MMA, I Série, Vol. XI, Doc. n° 65, p. 191-192.

¹² “Gente que seja sujeita e não estranha”, tradução do autor; in “Carta do Padre Jerónimo de Montesarchio aos Cardeais da Propaganda Fide (13.10.1653)”, in MMA, I Série, Vol. XI, Doc. n° 109, p. 335.

¹³ “Carta do Padre Serafim de Cortona ao Padre António de Montecúccolo (14.05.1656)”, in MMA, I Série, Vol. XII, Doc. n° 9, p. 24

¹⁴ Veja-se, “Auvertimenti Saluteuoli Alli Aposttolicj Missionarij Specialmente Ne Regni del Congo, Angola, e circonuicini Espressi da F. Giovanni Belotti da Romano Predicatore Cappuccino della Prouincia di Brescia, Già Missionario Apostolico ne sudetti Regni (c. 1680)”, Biblioteca del Clero di S. Alessandro, Bergamo, ms. 43, ff. 76-80; “Viaggio al Congo fatto da me fra Giuseppe da Modona Missionario Apostolico, e Predicatore Capuccino, incominciato alli 11 del mese di Novembre del anno 1711, e terminato alli 22 di Febraro del anno 1713...”, Biblioteca Estense di Modena, cod. itl. 1380, f. 280; “Missione in Pratica de PP Cappuccini Italiani ne Regni di Congo, Angola, et adiacenti...” (Bernardino Ignazio d’Asti, c. 1747), Biblioteca Apostolica Vaticana, Borg. lat. 316, f. 34.

¹⁵ “A cruz das cruces”, tradução do autor.

impressão, razão pela qual o texto manuscrito não chegou a sofrer a revisão de estilo que o missionário solicitou e que provavelmente lhe teria dado uma outra configuração. Talvez por essa, ou por qualquer outra razão, cujo fundamento não se descortina, é possível encontrar, na *Giornate Apostoliche...* de Marcellino d'Atri um número inusitado de informações sobre a vida e actividades dos escravos da missão capuchinha no Kongo e em Angola. Não é frequente, de fato, que as relações e descrições escritas pelos religiosos concedam espaço a escravos em concreto, e é menos usual ainda que, na economia da escrita, eles assumam a posição de personagens, com direito a um nome e a um trajeto próprio. Nesse volumoso manuscrito são identificados pelo nome, além de Lourenço, cerca de vinte escravos e, ao longo da narrativa, é possível reconstruir alguns momentos das suas vidas, mas, sobretudo, do seu padrão de relacionamento com os padres da missão. A análise das informações disponíveis sobre essas personagens e as actividades em que se envolveram permite, em alguns casos, confirmar algumas das indicações já existentes sobre esta problemática, mas, ao mesmo tempo, também, questionar algumas verdades tidas por sólidas.

A primeira nota que importa reter é a existência de um número apreciável, embora indefinido, de escravos ao serviço da missão. Um testemunho, datado já do último quartel do século XVIII, estimará entre quatrocentos a quinhentos, incluindo homens, mulheres e crianças, o número de escravos ao serviço do hospício dos capuchinhos no Nsoyo¹⁶. Na mesma ocasião, um padre português, Rafael de Castelo de Vide, sem nunca referir um número, assinala a existência, no que fora outrora o hospício de Nkusu, de “alguns” dos “muitos” escravos que tinham pertencido aos capuchinhos, e salienta a ameaça em que viviam, de serem capturados e encaminhados para o tráfico atlântico. Além de oferecer a sua proteção a estas comunidades que, ante o abandono da missão, pareciam viver numa condição aparente de liberdade, o padre português utilizou largamente os seus serviços nas jornadas pelo interior, ao longo das quais se fazia acompanhar por cerca de vinte escravos que, além de carregadores, preparavam a comida, recolhiam lenha e proviam ao necessário para o sustento e bom decurso da atividade do religioso¹⁷. Antes destas datas, as informações são escassas e impressionantes. O padre Girolamo da Montesarchio, por exemplo, fazia-se acompanhar em geral por três ou quatro escravos, e numa ocasião em particular em que teve que deslocar-se, deixou a alguns o encargo de zelarem pelo hospício de Nsundi. No final do séc XVII, o número de escravos já deveria constituir um peso importante, pois o padre Andrea da Pavia assinalava que o pagamento que os padres recebiam

¹⁶ “Carta do Pe. Stefano Maria da Castelletto ao Núncio em Paris (Nsoyo, 6.Mai.1777)”, in Toso, 1976, p. 217.

¹⁷ Descrição da viagem que fez para Angola e Congo, o Missionário Fr. Raphael de Castello de Vide, filho de N. P. S. Francisco, filho da Reformada Província da Piedade; Relação Terceira - Relação Terceira (S. Salvador, 20.Ag.1783), Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha, Ms 396., ff. 213/214, e 224/225. A missão capuchinha estava, nesta altura, reduzida a cinco religiosos, todos instalados em Luanda, Bengo e Massangano; sobre este ponto, veja-se Saccardo, 1982, Vol. II, pp. , e Vol. III, p. 101.388-391.

pela realização de batismos apenas dava para ajudar ao sustento dos escravos da missão¹⁸. Anos mais tarde, também o padre Luca da Caltanissetta se viu constringido a sair em missão pelos campos, procurando, dessa forma, por via do pagamento dos serviços religiosos prestados, recolher os bens necessários ao provimento do sustento do contingente de escravos que o acompanhava¹⁹.

No caso de Marcellino d'Atri, em nenhum momento se contabiliza o número total de escravos da missão em qualquer dos vários estabelecimentos dos capuchinhos. Em todo o caso, as informações que é possível recolher no seu texto sugerem a existência de uma disponibilidade apreciável de mão de obra. De acordo com o relato, um missionário terá feito a viagem, desde o Soyo até Luanda, com a companhia de cinquenta e oito escravos (Toso, 1984, p. 23). O próprio Marcellino d'Atri fez o percurso de Luanda até ao hospício de Nkusu, no coração do Kongo, com uma centena de escravos (Toso, 1984, p. 57). Em 1694, a caravana onde viajava com destino a Nkusu e que era constituída por agentes dos traficantes de Luanda é assaltada. Entre todos os bens que foram roubados contam-se, então, cerca de quarenta escravos. Mais adiante, quando assinala o início da construção do hospício de Kibangu, o mesmo religioso evoca os tempos em que o hospício de Nkusu dispunha de cerca de 120 escravos (Toso, 1984, p. 238). Ainda, de acordo com o testemunho de Marcellino d'Atri, o padre Egidio da Palazzo, que chegou à missão no mesmo ano que o missionário da província de Abruzzo, mas que faleceria cinco anos mais tarde em Kahenda, fez uma viagem entre o Kongo e o Dande acompanhado por cinquenta e oito escravos da missão (Toso, 1984, p. 22-23).

De um modo geral, esses escravos são obtidos através de ofertas, seja de senhores africanos seja de traficantes e benfeitores europeus, ou em pagamento de serviços prestados, prolongando, de alguma forma, práticas comuns naquelas sociedades (Toso, 1984, p. 164 e 230)²⁰. O fornecimento regular de escravos à missão figurava entre as cláusulas impostas pelo prefeito da missão dos capuchinhos de então, Francesco da Pavia, quando negociava com o mani kongo Pedro IV a transferência do hospício de Nkusu para Kimbangu e, nesse caso particular, tratava-se, não apenas do fornecimento de mão de obra, mas também de uma fonte de rendimento, designadamente para fazer

¹⁸ Andrea da Pavia Viaggio Apostolico alle Missioni dell'Africa del Pe. Andrea da Pavia, Predicatore Cappuccino, 1685, Biblioteca Nacional de Madrid, Ms 3165, f. 105v, in Toso, 2000, p. 163.

¹⁹ Luca da Caltanissetta, "Relatione della Missione fatta nel Regno di Congo per il Padre Frat'Luca da Caltamisetta per lo spatio di anni unidici in circa, sino alla fine del 1701, nel ricevere il Decreto della Sacra Congregatione de Propaganda Fide per la carica di Prefetto di queste Missioni, e dal Tribunale della Santa Inquisitione di Roma le necessarie facultà, e dal Tribunale della Santa Inquisitione della Lusitania o Portugallo la carica di commissario generale et apostolico in questi Regni di Congo et Angola ed adiacentibus", Biblioteca Comunale Luciano Scarabelli, ms 35, f.32r in Rainero, 1974. p. 207. Pela razão já referida, as referências passarão a incluir apenas a paginação da obra de Rainero.

²⁰ Sobre a natureza o lugar e o papel dos escravos nas sociedades africanas, designadamente na região centro-ocidental do continente, sugere-se a consulta de Lovejoy, 2000, e Miller, 1998, em particular, pp. 40-139.

face às despesas com o provimento em cera, vinho, óleo e farinha (Toso, 1984, p. 231)²¹. É frequente, como se viu também no testemunho de Andrea da Pavia, o pagamento de serviços religiosos – batismos, missas ou ofícios de defuntos – através da entrega de escravos²². Nem sempre, entretanto, a entrega de um escravo à missão implicava, para o próprio, a ruptura dos laços sociais com o contexto de origem e, em particular, das relações de dependência com o seu senhor africano. Em certa ocasião, Pedro Constantino da Silva, opositor de Pedro IV na disputa do título de mani kongo, dispôs-se a oferecer três escravos a Marcellino d’Atri, um deles, um rapaz de dezasseis anos, como pagamento de uma missa e ofício de defuntos que o padre celebrara, os outros dois para o acompanharem no regresso à Europa. O missionário propõe, em alternativa a esses dois escravos, por serem estes “come salvaggi non ancora ne intendenti del portughese idioma”, que lhe fosse concedido um escravo de nome Cirino, que já antes o servira, e que ele próprio tinha batizado e instruído e por isso lhe seria, na viagem, de maior utilidade²³. No decurso da negociação, o padre Marcellino d’Atri esclarece que, ao contrário daqueles que levaria consigo para Itália, o rapaz de dezasseis anos estaria sempre sob o domínio do seu senhor ainda que ao serviço da missão, podendo ser utilizado no que fosse necessário ou trocado por outro, mas não em definitivo isentado do seu domínio (Toso, 1984, p. 302). Não poucas vezes, por uma ou outra razão, os senhores requeriam a devolução de escravos antes entregues para o serviço da missão (Toso, 1984, p. 290). Em outros casos, entretanto, como já se observou, são os próprios missionários que negociam com os senhores africanos os escravos mais convenientes para o seu serviço. Os padres mantinham algum cuidado na inquirição sobre o título de escravização dos que eram entregues para o serviço da missão, chegando a recusar alguns quando se lhes apresentavam dúvidas sobre o seu estatuto (Toso, 1984, p. 121).

Os trabalhos e os dias

Os escravos viviam, uma parte deles, os casados, nas imediações do hospício. Sempre que entendiam necessário, os missionários não deixavam de intervir na constituição das famílias. O padre Marcellino d’Atri, por exemplo, chegou a proibir o casamento de um escravo com uma liberta, com receio que ele pudesse vir reclamar, em consequência, a sua liberdade (Toso, 1984, pp. 197/198). Dentro, entretanto, ficavam os solteiros, sobre os quais era desenvolvido um intenso trabalho de

²¹ O termo mani kongo vulgarizou-se nos testemunhos europeus como a designação do soberano do Kongo, sendo que mani é utilizado em variados contextos com o sentido genérico de senhor. Desde o baptismo de Nzinga Nkuwu, em 1491, os soberanos do Kongo eram baptizados, tomando nessa altura um nome português, a que se juntava o seu nome de linhagem. Para o estudo do processo de construção das formas de nomeação na África central sugere-se a consulta de Thornton, 1993.

²² Para um testemunho mais antigo sobre essa prática, veja-se, “Relação das Missões do Congo aos Cardeais da Propaganda Fide (30.1.1676), in MMA, I Série, Vol. XIII, Doc. nº 165, pp. 393/394.

²³ “Como selvagens não entendiam ainda o idioma português”, tradução do autor.

educação, não apenas religiosa, mas também civil (Toso, 1984, p. 290). No relato de Marcellino d'Atri, o recurso ao trabalho escravo é referido, sobretudo, pela necessidade de carregadores para o transporte dos bens dos missionários nas suas deslocações entre as várias fundações. É essa sem dúvida, a sua principal ocupação e aquela, aliás, cuja organização mais problemas coloca à administração da missão. Mas é referido, também, o transporte de mercadorias para o abastecimento das missões, como é o caso em 1699, com um fornecimento de provisões que é enviado de Luanda para o hospício em Nkusu (Toso, 1984, p. 197 e 125)²⁴. Outras atividades são, também, mencionadas. Desde logo o trabalho agrícola, embora a referência seja, a este propósito muito escassa²⁵. Em si mesma, a disponibilidade de mão de obra é um indicador sobre a existência de uma infra-estrutura econômica capaz de prover ao seu sustento e constante mobilidade, mas as informações sobre a extensão eventual dos arimos da missão dos capuchinhos, assim como a natureza e dimensão das suas produções é quase inexistente. Por outro lado, alguns sinais sugerem a existência de uma capacidade de entesouramento da missão em moeda local, em particular panos, para a aquisição do necessário para a economia da missão, em especial durante as viagens pelo interior (Toso, 1984, p. 83).

A natureza precária das fundações capuchinhas não permite construir uma ideia precisa sobre a extensão das terras administradas pela missão e o grau de utilização da mão de obra escrava no seu cultivo. Outros missionários se referiram em geral à situação dos escravos da Igreja como por vezes são designados aqueles que viviam na dependência da missão. Cerca de vinte anos depois da passagem de Marcellino d'Atri pelo Kongo, Giuseppe Monari da Modena refere, a propósito do hospício do Nsoyo, o mais estável e duradouro de todos os construídos pelos capuchinhos, alguns aspectos sobre a atividade dos escravos da missão. Diz Monari que, todos os dias, pela manhã, os escravos da missão – tanto os que viviam dentro como os que viviam fora do hospício – juntavam-se para receberem a bênção e dizerem as orações. Logo após, os escravos dedicar-se-iam às suas obrigações e durante esse período não podiam ausentar-se sem autorização, sob pena de serem castigados. No caso de não ter sido estipulada nenhuma tarefa, os escravos podiam dedicar-se aos seus assuntos domésticos e particulares. As suas principais ocupações na missão eram apanhar lenha, ir buscar água, e os missionários remuneravam-nas através de um pagamento em libongos, os panos de fibra de palmeira que corriam como moeda. Recebiam como alimento infundi, ou papa de farinha de milho, e malúvu,

²⁴ Os carregadores constituíram sempre um recurso fundamental para as viagens no interior africano, não apenas para o transporte de pessoas e mercadorias, mas sobretudo pelo seu conhecimento dos caminhos, e o domínio das línguas e das formas e protocolos de relação com os poderes africanos. Para uma análise desses processos para o séc. XIX, sugere-se a consulta da obra fundamental de Beatrix Heintze, 2004.

²⁵ No contexto da revolta dos escravos da missão contra o seu administrador secular da missão, a que adiante se aludirá, Marcellino d'Atri assinala que os escravos desobedeciam às ordens daquele para que trabalhassem a terra o que deixa supor que o trabalho agrícola realizado pelos escravos estava sujeito, no todo ou em parte, ao domínio coercivo exercido de alguma forma pela missão; veja-se, sobre este ponto, Marcellino d'Atri, 1690, f. 527/528, in Toso, 1984, p. 262.

uma bebida fermentada extraída da palma²⁶. Os escravos da missão que o padre Rafael de Castelo de Vide, já referido, encontrou nas imediações do hospício de Nkusu, cultivavam ainda as terras que pertenceram à missão e delas arrancavam o seu sustento²⁷.

A circulação de informações requeria, igualmente, o recurso a escravos. A função de mensageiro, seja entre o hospício e os missionários que se encontram em missão, seja entre os religiosos e os diferentes poderes locais, é quase sempre assegurada por escravos da missão (Toso, 1984, pp. 113/114). Para além do já conhecido Ventura, Marcellino d'Atri identifica, igualmente, mais de seis línguas, todos escravos. Tratava-se esta de uma função da maior importância para a missão, e na proximidade que se estabelecia com os missionários estará provavelmente a razão para que um número tão apreciável seja identificado pelo nome. Em alguns casos, ela surge associada à transmissão de mensagens junto dos poderes africanos. Em outros casos, como houve já ocasião de entrever a propósito da história de Lourenço, assumem uma função de intermediação entre os padres da missão e os seus escravos, assim como com as comunidades que viviam na orla das missões, não sendo necessariamente seus dependentes.

Para além destas tarefas, os escravos da missão constituíam um recurso indispensável para a repressão dos cultos africanos, em especial, o kimpassi, um culto de iniciação nos poderes dos espíritos. Trata-se de uma dimensão da acção missionária em geral subestimada e onde, mais ainda, o papel dos escravos da missão é totalmente ignorado (Almeida, 2010, pp. 711-747)²⁸. Em regra, ela estava associada ao próprio trabalho de doutrinação que os religiosos empreendiam junto dos escravos da missão. Envolveria tanto a denúncia da localização de tais lugares e cerimónias, como a própria participação em surtidas destinadas a interromper esses rituais, aprisionar os seus oficiantes, apreender os objetos que aí encontrassem e destruir esses espaços. O padre Marcellino d'Atri dera, aliás, indicações aos escravos que viviam no hospício para o acordarem logo que, de noite, ouvissem o toque de tambores que sempre, para os missionários, denunciava a convocação de mais uma daquelas cerimónias consideradas diabólicas (Toso, 1984, pp. 292/293). Em uma ocasião, Marcellino d'Atri descortinou ao longe um ajuntamento. Ordenou então a alguns dos escravos que fossem indagar do que se passava. Regressaram pouco depois com a informação de que ali se encontravam alguns feiticeiros que executavam as suas “detestáveis funções”, no caso um ritual de adivinhação. O missionário deu então ordem aos escravos para que o seguissem, irrompessem sobre tal cena e

²⁶ Giuseppe Monari da Modena, “Viaggio al Congo fatto da me fra Giuseppe da Modona Missionario Apostolico, e Predicatore Capuccino...”, ff. 164, in Piazza, 1972, pp. 241/242.

²⁷ “Descrição da viagem que fez para Angola e Congo, o Missionário Fr. Raphael de Castello de Vide, filho de N. P. S. Francisco, filho da Reformada Província da Piedade; Relação Terceira - Relação Terceira” (S. Salvador, 20.Ag.1783), Academia das Ciências de Lisboa, Série Vermelha, Ms 396., ff. 219-221.

²⁸ Nenhum dos autores já citados a propósito da acção dos capuchinhos nesta região central africana, ou dos que, mesmo de passagem, se debruçaram sobre o tema dos escravos da missão, aborda este ponto.

tomassem todos os objetos que encontrassem. Aproximaram-se sorratamente do local e, de súbito, lançaram-se sobre eles, dando brados. Surpresos, todos os que ali se encontravam fugiram, deixando para trás os seus “instrumentos diabólicos” (Toso, 1984, p. 204)²⁹.

A relação entre os missionários e os escravos da missão era bem mais complexa, entretanto, do que a simples descrição das suas actividades pode deixar perceber. Ela, aliás, não pode ser analisada sem levar-se em conta a dimensão antropológica do discurso missionário ou, dito de outra forma, o modo como os religiosos representaram o africano e o projecto da sua conversão (Almeida, 2010). As apreciações do padre Marcellino d'Atri não constituem, neste particular, nenhuma excepção. Para ele, África era uma região abandonada e carente de tudo, e os africanos, uma gente bárbara e desumana (Toso, 1984, p. 314). Esta apreciação decorre, antes de mais, do confronto com o negro da cor da pele que ao religioso chega a infundir até repugnância (Toso, 1984, p. 19). Mas concretiza-se depois, além disso, em múltiplos domínios do social, no aspecto das habitações, na aparência do vestuário ou na ausência dele, na qualidade dos alimentos. Em decorrência, a conversão daquelas gentes, a que Marcellino d'Atri se entregou de maneira fervorosa, era pensada de forma totalizante, compreendendo, para além da doutrinação nos preceitos da fé, a sua redução aos padrões de civilidade que deviam pautar a conduta humana. Um tal projeto exigia constância e persistência a uma gente considerada como destituída de razão, dada à mentira e à dissimulação, e em tudo ignorante das virtudes morais. Apesar da aparente receptividade dos africanos à palavra anunciada, traduzida, entre outros indicadores, no número de batismos realizados, aquela região africana não deixava de apresentar-se como uma vinha estéril, onde só a muito custo seria possível alcançar uma verdadeira e duradoura reforma dos espíritos.

Coerção e resistência

Ora este quadro tem diretas implicações sobre a relação com os escravos da missão. De tal modo que agora se entenderá melhor o sentido da expressão, atrás citada, de Bernardino Ignazio d'Asti, para quem o governo dos escravos da missão era a cruz das cruces de todos os religiosos. O mesmo padre Ignazio d'Asti escrevia que o pior castigo que podia aplicar-se aos escravos era expulsá-los da missão, e Carlo Toso evoca essa afirmação quando Marcellino d'Atri ameaça com tal pena um dos escravos que calou a informação sobre as fugas noturnas do escravo Lourenço (Ignazio d'Asti, f. 34). Ora, a verdade é que, contrariando aparentemente esta ideia, os atos de rebeldia e desobediência, por vezes de desafio, às prescrições dos missionários são frequentes. De tal forma que, em dado momento, Marcellino d'Atri chega a atribuir à tibieza da sua gente, “solo per non patire i travalli disaggi e incomodi” que se experimentavam naqueles lugares, o fracasso dos seus planos para

²⁹ Relatos similares contados por vários missionários mostram estar-se perante um padrão de comportamento e acção; veja-se a este propósito, Carta do padre Francesco da Monteleone aos Cardeais a Propaganda Fide (20.05.1684), in APF, SC, Africa, vol. I, ff. 559v.

evangelização de uma determinada população (Toso, 1984, p. 102)³⁰. A primeira notícia localizada sobre um ato de insubordinação de um escravo da missão é dada por Girolamo da Montesarchio que destaca o papel de um escravo da missão de nome Garcia no fomento e condução de uma revolta motivada por razões que não explicita, mas que terá mesmo obrigado o padre encarregue então do hospício de Nsundi a abandoná-lo em fuga³¹.

No relato de Marcellino d'Atri destacam-se, em particular, os gestos de resistência da parte dos carregadores. É frequente o abandono e fuga de escravos durante a marcha de missionários pelo sertão. Na viagem já mencionada que levou Marcellino d'Atri desde Luanda ao hospício de Nkusu, setenta e um carregadores fugiram em dado momento e o missionário foi constrangido a apelar a um chefe local que lhe fornecesse a gente necessária para transportar os seus bens no resto do trajeto (Toso, 1984, p. 59). As indicações de viagem não são, por vezes, respeitadas e o missionário, mesmo doente, é abandonado à sua sorte em caminhos que desconhecidos (Toso, 1984, pp. 157, e 309). Não poucas vezes, os carregadores recusam-se a viajar ou a transportar mercadorias, seja porque o trajeto proposto encerrava perigos, em razão do estado de conflito generalizado que então se vivia na região central do Kongo, seja porque o peso das mercadorias era considerado excessivo, seja ainda por uma qualquer outra razão que não é possível descortinar no relato de Marcellino d'Atri (Toso, 1984, p. 102). São várias, também, e, por vezes, reincidentes, as notícias de fugas da missão. Dois escravos, Manuel do Catumbo e Rafael, fugiram porque estavam cansados de viajar por regiões estranhas. Outro escravo, Garcia, fugiu depois de ter sido castigado por se recusar a empreender uma viagem para a qual o missionário o requisitara, acabando por ser depois capturado (Toso, 1984, p. 106). Após vários outros atos de rebeldia, acabaria por fugir juntamente com Lourenço e a família deste.

Sempre que as condições o permitem, Marcellino d'Atri não deixa de punir os que desobedecem às ordens recebidas e que desafiam a sua autoridade. Os castigos incluíam, como se viu no caso de Lourenço, os grilhões e o chicote, e seriam executados, em regra, por outros escravos, fiéis às determinações do padre (Toso, 1984, pp. 24 e 73). Casos há, que em momentos de ira, o próprio religioso não hesita na aplicação do correctivo. O padre Luca da Caltanissetta, companheiro de Marcellino d'Atri em muitas jornadas, não hesitou em castigar com uma bofetada o que interpretou como atitude de insolência da parte de uma escrava da missão, já casada (Toso, 1984, p. 286). Em casos mais extremos incluía-se mesmo, como pena, a possibilidade de venda para o tráfico atlântico. O padre Marcellino d'Atri dispôs-se a encaminhar para Luanda, através de um pombeiro, Francisco Pereira Bravo, seu amigo, duas escravas que tinham participado numa revolta e só o receio de incendiar ainda mais os ânimos o levou a suspender essa decisão (Ibidem). Num conjunto de recomendações que envia à Propaganda Fide, no final do seu período de missão, Marcellino d'Atri sugere que tal pena seja

³⁰ "Só para não padecerem dos trabalhos difíceis e incómodos", tradução do autor.

³¹ Padre Girolamo da Montesarchio, "Viaggio del Gongho cioè Relatione scritta da un nostro Messionario Cappuccino P. Girolamo da Monte Sarchio della Provincia di Napoli morto in Arezzo il 29 Maggio 1669", Arquivo Provincial dos Capuchinhos em Florença, in Piazza, 1976, pp. 199/200, e 233/234.

aplicada no caso dos promotores de movimentos de revolta e tudo indica que esse seria o destino que traçara para Lourenço e a sua família. A venda como escravo para as Américas era aliás o castigo comum, pelo menos no Soyo, aplicado a todos os que fossem identificados como oficiantes de rituais africanos considerados demoníacos (Piazza, 1972, p. 237). Essa possibilidade já era também consagrada nas condições negociadas entre o futuro mani kongo Pedro IV e o padre Luca da Caltanissetta para o estabelecimento da missão em Kibangu (Ibidem; Rainero, 1974, p. 386). Em um como em outro caso, previa-se que o produto da venda desses escravos revertesse para a missão.

Contudo, ao contrário dos seculares, os missionários capuchinhos não dispunham, em permanência, dos instrumentos coercivos necessários para tornar a sua autoridade efectiva. As próprias ocupações pastorais dos religiosos não lhes permitiam, na maior parte dos casos, a atenção e o rigor necessário para fazer impor a disciplina entre os escravos da missão. Tantas vezes, são os próprios guardas dos supliciados que facilitam a sua fuga. O exercício da violência deveria por isso, ser administrado com parcimónia, atendendo sempre às circunstâncias, não porque tal gesto pareça, de alguma maneira, repugnar aos religiosos, mas tão só para que tal não acabasse por redundar em maiores prejuízos. O padre Marcellino d'Atri, ele próprio, lamenta-se por ter que condescender com alguns gestos de rebeldia, mas justifica tal atitude com a necessidade de “não perder tudo”, e de evitar a fuga insistente de escravos (Toso, 1984, p. 106-107 e 286). O missionário devia, além disso, dissimular até onde pudesse a sua intenção de castigar um escravo pois que, sempre que pressentiam essa possibilidade, os visados de imediato optavam pela fuga (Toso, 1984, p. 326-327). Com todos esses cuidados, os castigos acabavam, em alguns casos, por surtir o efeito desejado, impondo, pelo menos a alguns, a obediência às determinações dos missionários (Toso, 1984, pp. 105/106).

Em parte para obviar a estes problemas, Marcellino d'Atri atribuiu a um secular a administração do hospício. O objetivo era libertar os religiosos das ocupações domésticas, por forma a que pudessem dedicar-se por inteiro às suas santas tarefas e “em segurança”, sublinha, sem receio de ser roubado ou abandonado pelos seus escravos que agiam sem ninguém que os dirigisse. O padre Marcellino d'Atri acabaria, aliás, por transpor essa sua opção para o rol de recomendações que dirigiu à Propaganda Fide no final do seu período de missão e a que se fez já referência. Alerta então para o fato de a situação ter chegado ao ponto de os “escravos porem as mãos nos religiosos”, justificando desse modo a necessidade de conferir a um secular o governo e administração dos escravos da missão, “una persona timorata di Dio ò Biancha ò Negra ò Fosca, che volesse liberamente servire ed aver cura della casa, acciò quei Negri dà lui siano governati ed ammaestrati nel fare il loro officii”³². Não se tratava, em boa verdade, de uma inovação. Segundo o padre Girolamo Merolla da Sorrento, a missão do Nsoyo dispunha de um “guardião”, função que os padres confiavam a gente que consideravam qualificada,

³² “Uma pessoa temente a Deus, branca, negra ou parda, que, livremente, quisesse servir e cuidar da casa, governando aqueles negros e adestrando-os na execução dos seus ofícios”, tradução do autor. Marcellino d'Atri, Congo, *Alcuni progetti* (dp. 1700), APF, SC, Vol. I, ff. 105rv, in Toso, 1984, p. 350-351.

dado tratar-se de uma posição de “gran lucro, e d’honore”³³. Não são claras as funções precisas que seriam atribuídas a esta personagem, mas é seguro que se trataria de um secular a quem competiria zelar pela administração do ofício. A circunstância particular em que Merolla o refere deixa perceber que este guardião tinha alguma forma de ascendente sobre os escravos da missão, sendo provável que fosse, de facto, o responsável pela sua administração. Com efeito, conta o missionário que, certo dia, entregou ao cuidado do “guardião”, um nganga – um especialista na comunicação com o mundo dos espíritos – que havia sido preso. Quando alguns dias depois o visitou, verificou que, no lugar do nganga, estava agora um escravo da missão que fazia passar-se por aquele. Sob ameaça, tanto o escravo como o guardião confessaram a dissimulação, acabando este último por ser dispensado daquela função pelo missionário (Merolla da Sorrento, p. 106-107).

A decisão de atribuir aquelas funções a Juan de la Rosa – um espanhol natural de Saragoça que tentara a sorte naquelas paragens e que, em 1687, desempenhara as funções de guardião no hospício de Kahenda, recém-construído – não deixou de suscitar viva reação da parte dos escravos da missão, quer em Nkusu, quer, depois, em Kibangu (Toso, 1984, p. 217). Sucedem-se, então, os episódios de revolta contra a ação de Juan de la Rosa que incluem o abandono do trabalho agrícola, e que Marcellino d’Atri atribui ao fato de os escravos não verem com bons olhos o governo bem mais próximo e coercivo que lhes era agora imposto (Toso, 1984, p. 261 e 285). Em determinado momento, os escravos da missão terão mesmo chegado a recorrer à autoridade do senhor de Kibangu que patrocinara a deslocação da missão do Nkusu para aquele lugar, o futuro mani kongo Pedro IV, contra Juan de la Rosa, procurando dessa forma provocar a sua expulsão. O padre Marcellino d’Atri contraria tais intrigas, mas é obrigado a condescender, sob o risco de uma fuga generalizada dos escravos da missão, abandonando os planos para a aplicação de um castigo exemplar sobre os instigadores do levantamento. Naqueles lugares, confessa, “frà questa gente è necessario gran prudenza e cautela, dovendosi trattare più volte con piacevolezza che con rigore e riggidezza” (Toso, 1984, p. 286)³⁴.

Na verdade, como no plano mais geral da problemática da ação missionária no Kongo, também a figura dos escravos da missão era objeto de um jogo especular. A imagem que deles tinham os missionários não correspondia ao modo como, tanto os chefes africanos como os próprios escravos, encaravam um tal estatuto. No quadro da cosmologia daqueles povos, os missionários tinham um estatuto homólogo ao dos demais iniciados e propiciadores do culto dos espíritos. Ser escravo da missão podia, acarretar, por isso, até certo ponto, um estatuto social próprio. No relato de Marcellino d’Atri narram-se disputas entre escravos da missão e africanos livres em que aqueles reclamam precedência face aos demais nas cerimónias religiosas realizadas na missão. Em dado momento, as mulheres livres de Kibangu disputavam com as escravas da missão o seu lugar na missa, reclamando uma posição de destaque, ao que aquelas replicavam, considerando que, por serem escravas da igreja,

³³ “Grande ganho e de honra”, tradução do autor.

³⁴ “Entre esta gente é necessária grande prudência e cautela, devendo tratar-se mais vezes com afabilidade que com rigore e rigidez”, tradução do autor.

detinham um estatuto de nobreza superior às que eram livres. O padre Marcellino d'Atri decidiu-se então pela celebração de duas missas consecutivas, a primeira apenas reservada aos escravos da missão, e a segunda destinada aos senhores da terra. Mesmo assim, os rumores e perturbações não raro desembocavam em conflito aberto (Toso, 1984, p. 262-263).

Notas finais

Num quadro político e social tão conturbado como aquele que então se vivia em toda a região, a missão podia oferecer, para muitos, um escudo protetor contra as frequentes razias que devastavam aldeias e engrossavam as caravanas com destino aos portos de embarque, na costa, para as Américas. A condição de escravo da missão podia levar, por isso, a suportar, até certo ponto, a autoridade exercida pelo religioso. Mas a linha era tênue. Um excesso de violência, em particular, se exercido por uma outra autoridade destituída de estatuto ritual, como no caso de Juan de la Rosa, era dificilmente suportável e susceptível, por isso, de desencadear reações. Os missionários, pela sua parte, eram obrigados a conformar-se, até certo ponto, com a rebeldia dos seus escravos. A natureza precária de boa parte das suas fundações, a sua dependência e exposição às flutuações do contexto político em que actuavam – como foi dado observar na negociação que conduziria à transferência para Kibangu do hospício de Nkusu – assim como o rigor observado nos seus exercícios apostólicos não favoreciam a instalação de um aparelho coercivo capaz de impor a disciplina que tanto reclamavam dos seus escravos e travar os focos de rebeldia.

A condição de aparente liberdade dos escravos da missão não parece, em suma, decorrer de uma eventual ponderação sobre a iniquidade da instituição escravocrata ou da vontade em construir um regime de trabalho e dependência mais ligeiro. Ela é, antes, consequência das limitações particulares do modelo de fixação da ordem dos capuchinhos, e que decorria dos preceitos da sua regra. A utilização crescente do trabalho escravo pela missão dos capuchinhos e os problemas correlatos que isso colocava à ação pastoral dos missionários traduz, entretanto, uma evolução gradual no modelo de fixação neste território africano. Ao mesmo tempo, ela constitui um efeito mais do jogo de reflexos que caracterizava, em larga medida, a relação entre europeus e africanos desde que, tempos idos, Diogo Cão se abeirara da entrada majestosa do rio Zaire.

Referências

ARQUIVO DA SACRAE CONGREGATIONIS DE PROPAGANDA FIDE (APF), Roma - *Scritture Riferite nel Congressi* (SC), Africa, Vol I (1645-1685).

ANDREA DA PAVIA, “Viaggio Apostolico alle Missioni dell’Africa del Pe. Andrea da Pavia, Predicatore Cappuccino, 1685”, Biblioteca Nacional de Madrid, Ms 3165.

ALMEIDA, C. Escravos da missão - notas sobre o trabalho forçado nas missões dos capuchinhos no Kongo (finais do Séc. XVII).

Revista Tempo, Espaço, Linguagem. V. 5, n. 3, Set. - Dez, 2014. pp. 40-59.

ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

BELOTTI DA ROMANO, Giovanni, “Auvertimenti Saluteuoli Alli Aposttolicis Missionarij Specialmente Ne Regni del Congo, Angola, e circonuicini Espressi da F. Giovanni Belotti da Romano Predicatore Cappuccino della Prouincia di Brescia, Già Missionario Apostolico ne sudetti Regni (c. 1680)”, Biblioteca del Clero di S. Alessandro, Bergamo, ms. 43.

BRÁSIO, António (ed.), *Monumenta Missionária Africana*, I Série, (África Ocidental), colig. e anot., Lisboa, Vols I a XI, Agência Geral do Ultramar, 1952-1971, e Vol XII e XV, Academia Portuguesa de História, 1981 e 1988

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “Os jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e ‘escrúpulos de consciência’”, in Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coord.), *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007, pp. 47-82.

CAVAZZI DA MONTECUCCOLO, Giovanni Antonio, *Istorica descrizione de’ tre’ Regni Congo, Matamba, et Angola situati nell’ Etiopia Inferiore Occidentale e delle Missioni Apostoliche esercitatevi da Religiosi Capuccini, Accuratamente compilata dal P. Gio. Antonio Cavazzi da Montecucolo Sacerdote Capuccino il quale vi fu’ Prefetto E nel presente stile ridotta dal P. Fortunato Alamandini da Bologna Predicatore dell’istesso Ordine. All’Illustrissimo Signor Conte Giacomo Isolani*. In Bologna, per Giacomo Monti, 1687.

FELNER, Alfredo de Albuquerque, *Angola : apontamentos sôbre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela : extraídos de documentos históricos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

GIROLAMO DA MONTESARCHIO, “Viaggio del Gongho ciò è Relatione scritta da un nostro Mesionario Cappuccino P. Girolamo da Monte Sarcgio della Provincia di Napoli morto in Arezzo il 29 Maggio 1669”, Archivio Storico dei Frati Minori Cappuccini della Provincia di Toscana, Firenze.

HEINTZE, Beatrix, *Pioneiros Africanos. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

IGNAZIO D’ASTI, Bernardino, “Missione in Pratica de PP Cappuccini Italiani ne Regni di Congo, Angola, et adiacenti...”, *Biblioteca Apostolica Vaticana*, Borg. lat. 316, f. 34.

JUAN DE SANTIAGO, “Brebe Relación De lo Suçedido a doce Religiosos Capuchinhos que la Santa Sede Apostolica enbió por missionarios Apostólicos al Reyno de Congo”, *Biblioteca del Palacio Real*, Madrid. Ms 772.

LOPES, Duarte & PIGAFETTA, Filippo, *Relatione del Reame di Congo et delle Circonvicine Contrade*, in Roma, Appresso Bartolomeo Grasti, 1591.

LOVEJOY, Paul, *Transformations in Slavery. A History of Slavery in Africa*, Second Edition, Cambridge,

ALMEIDA, C. Escravos da missão - notas sobre o trabalho forçado nas missões dos capuchinhos no Kongo (finais do Séc. XVII).

Revista Tempo, Espaço, Linguagem. V. 5, n. 3, Set. - Dez, 2014. pp. 40-59.

Cambridge University Press, 2000.

LUCA DA CALTANISSETTA, “Relatione della Missione fatta nel Regno di Congo per il Padre Frat’Luca da Caltamisetta per lo spatio di anni undici in circa, sino alla fine del 1701, nel ricevere il Decreto della Sacra Congregatione de Propaganda Fide per la carica di Prefetto di queste Missioni, e dal Tribunale della Santa Inquisitione di Roma le necessarie facultà, e dal Tribunale della Santa Inquisitione della Lusitania o Portugallo la carica di commissario generale et apostolico in questi Regni di Congo et Angola ed adiacentibus”, *Biblioteca Comunale Luciano Scarabelli*, ms. 35

MEROLLA DA SORRENTO, Girolamo, *Breve e Succinta Relatione del Viaggio nel Regno di Congo nell’Africa Meridionale fatto dal P. Girolamo Merolla da Sorrento, Sacerdote Cappuccino, Missionario Apostolico. Continente variati Clima, Aria, Animali, fiumi, frutti, vestimenti con proprie figure, diversità di costumi, e di viveri per l’uso humano*, Napoli, per Francesco Mollo, 1692.

MILLER, Joseph C., *Way of Death, Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Londres, James Currey Ltd, 1988.

MONARI DA MODENA, Giuseppe, “Viaggio al Congo fatto da me fra Giuseppe da Modona Missionario Apostolico, e Predicatore Capuccino, incominciato alli 11 del mese di Novembre del anno 1711, e terminato alli 22 di Febraro del anno 1713...”, *Biblioteca Estense di Modena*, cod. itl. 1380

PIAZZA, Calogero G., *La prefettura apostolica del Congo alla metà del XVII secolo. La Relazione inedita di Girolamo da Montesarchio*, Milão A. Giuffrè, 1976

PIAZZA, “Una relazione inedita sulle Missioni dei Minori Cappuccini in Africa degli inizi del Settecento” in *L’Italia Francescana*, Roma, 47, 1972 (pp. 209-292 e pp. 347-373) e 48, 1973 (pp. 5-46 e 90-101).

RAINERO, Romain, *Il Congo agli inizi del Settecento nella relazione di P. Luca da Caltanisetta*, Florença, La Nuova Italia, 1974.

RAPHAEL DE CASTELLO DE VIDE, “Descrição da viagem que fez para Angola e Congo, o Missionário Fr. Raphael de Castello de Vide, filho de N. P. S. Francisco, filho da Reformada Província da Piedade; Relaçã Terceira – Relaçã Terceira (S. Salvador, 20.Ag.1783)”, *Academia das Ciências de Lisboa*, Série Vermelha, Ms 396.

RODRIGUES, Eugénia, “Os cafres da religião”: escravatura, trabalho e resistência em Moçambique, no séc. XVIII, in Guedes, Roberto (org.), *África, Brasileiros e Portugueses*, Rio de Janeiro, Manuad X, 2013, p. 147-174.

SACCARDO, Graziano, *Congo e Angola con la storia dell’antica missione dei Cappuccini*, Venezia-Mestre, Curia Provinciale dei Cappuccini, 1982.

THORNTON, John K., *The Kongolese Saint Anthony. Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian*

ALMEIDA, C. Escravos da missão - notas sobre o trabalho forçado nas missões dos capuchinhos no Kongo (finais do Séc. XVII).

Revista Tempo, Espaço, Linguagem. V. 5, n. 3, Set. - Dez, 2014. pp. 40-59.

Movement, 1684-1706, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

THORNTON, John K. “Central African Names and African-American Patters”, in *The William and Mary Quarterly*, III Série, Vol. 50, N° 4 (Out.1993), pp. 727-742.

THORNTON, John K., *The Kingdom of Kongo – Civil War and Transition (1641-1718)*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983.

THORNTON, John K., *Africa and Africans in the making of the Atlantic World (1400-1680)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

TOSO, Carlo, *L'Anarchia Congolese nel Sec. XVII. La Relazione Inedita di Marcellino D'Atri*, Genova, Bozzi Editore, 1984.

TOSO, Carlo, “*Viaggio Apostolico*” in *Africa di Andrea da Pavia (inedito del Sec. XVII)*, Roma, L'Italia Franciscana, 2000.

Recebido em 30/09/2014

Aprovado em 20/10/2014
